

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO  
FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ**

**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, POLÍTICAS E GESTÃO DE  
ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL**

**Desigualdade de Gênero e Etnia**

**Cristina Alves Vieira Bauer**

**MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SILVA**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO  
FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ  
São Bernardo do Campos  
2016.

**Cristina Alves Vieira Bauer**

**MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SILVA**

## **Desigualdade de Gênero e Etnia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André, sob a orientação da professora Natalia Noschese Fingeremann.

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO  
FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ  
São Bernardo do Campo – SP  
2016**

**Cristina Alves Vieira Bauer**

**MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SILVA**

## Desigualdade de Gênero e Etnia

Trabalho de conclusão de curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, a banca examinadora da Faculdade Fundação Perseu Abramo/Fundação Santo.

Às \_\_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2016, na sala \_\_\_\_\_ da Faculdade Perseu Abramo/Fundação Santo André, deu-se por acontecido a defesa \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ de Especialização, requisitos para conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil. Constituíram a Banca Examinadora os Professores e Mestres:

Presidente: \_\_\_\_\_

Examinador: \_\_\_\_\_

Examinador: \_\_\_\_\_

Professor (a) Presidente

Professor (a) Examinador

Professor (a) Examinador

Examinado

## DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família pela fé e confiança demonstrada. Aos meus amigos pelo apoio incondicional. Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar. Aos orientadores pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho. Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

## RESUMO

Este trabalho, tem como objetivo principal, refletir sobre as questões de gênero e etnia nas relações públicas, tendo como referência as administrações municipais, a que compete o Consorcio Municipal do Grande ABC. É importante ressaltar o resgatar a memória de mulheres negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais e urbanas, lésbicas, e tantas outras que abriram caminhos com as suas experiências. No mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em particular, das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

As diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente. No Brasil, as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a "minorias" ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário, são problemas que dizem respeito às grandes majorias da população: segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho.

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos

déficits de trabalho decente atualmente existentes, assim como para o efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

As desigualdades de gênero e raça se expressam claramente nos indicadores de mercado de trabalho, como tem sido demonstrado por vários estudos e pesquisas recentes. A análise apurada, precisa e sistemática desses indicadores e de sua evolução é uma condição para a elaboração de políticas e estratégias voltadas para alteração desse quadro.

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro continua aumentando, mas ainda está marcada por uma forte diferença em relação à taxa de participação dos homens. A taxa de participação das mulheres mais pobres e com menos escolaridade ainda é muito inferior à taxa de participação das mulheres mais escolarizadas, o que indica a existência de diferenças importantes entre as mulheres relacionadas aos diferentes estratos de renda aos quais elas pertencem, e a dificuldade adicional de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho.

No entanto, observam-se diferenças importantes por gênero e raça. Ainda que esses avanços tenham beneficiado homens, mulheres, negros e brancos, eles não se distribuíram igualmente entre esses grupos. O nível de escolaridade das mulheres é claramente superior ao dos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. SITUAÇÃO PROBLEMA.....</b>	<b>4</b>
<b>3. FLUXOGRAMA EXPLICATIVO “PROBLEMA CENTRAL”</b>	<b>5</b>
<b>3.1 .1º Nó Crítico Educação Machista e Racista Sexista.....</b>	<b>6</b>
<b>3.2. 2º Nó Crítico Ausência de Políticas públicas para mulheres.....</b>	<b>7</b>
<b>4. FLUXOGRAMA EXPLICATIVO PROBLEMA CENTRAL COMENTÁRIOS</b>	<b>10</b>
<b>5. ARVORE DO PROBLEMA NÒS- CRITICOS....</b>	<b>11</b>
<b>6. PLANO DE AÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>7 . ANÁLISE DOS AUTORES</b>	<b>21</b>
<b>8 . ANÁLISES DE RISCO E FRAGILIDADE.....</b>	<b>16</b>
<b>8.1 Principais efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a existência e a continuidade do problema escolhido acarretam.....</b>	<b>24</b>
<b>9. CAUSAS.....</b>	<b>26</b>
<b>9.1. DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA.....</b>	<b>26</b>
<b>9.2.Sexismo no Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>9.3.Exclusão socia.....</b>	<b>30</b>
<b>9.4. Violência contra a mulher.....</b>	<b>31</b>
<b>9.5. Violências domésticas, e o aspectos éticos legais.....</b>	<b>31</b>
<b>10. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC.....</b>	<b>33</b>
<b>10.1. GT de Combate ao Racismo.....</b>	<b>33</b>
<b>10.2. Gênero e Políticas Públicas.....</b>	<b>34</b>
<b>11. CONCLUSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>31</b>

# 1. Situação Problema

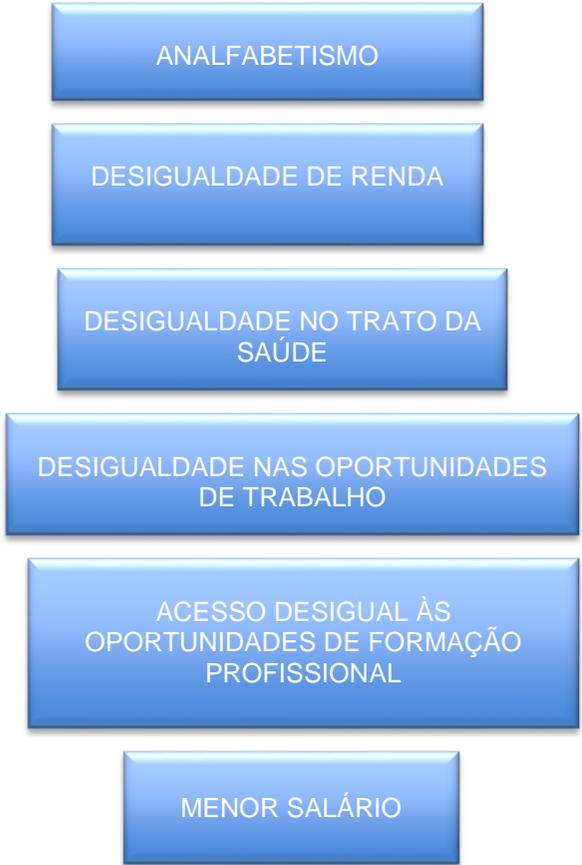
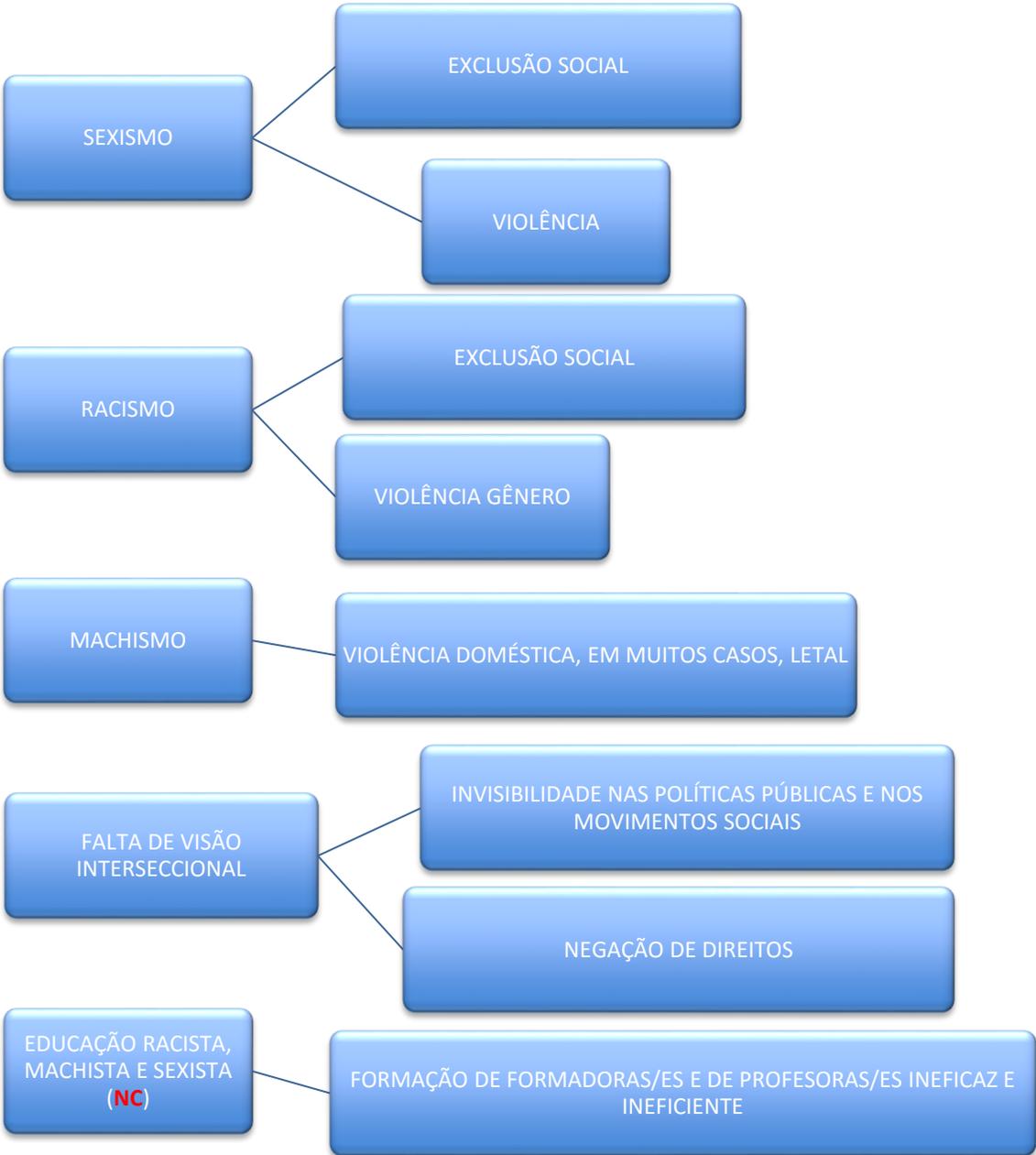
## CAUSAS

## CONSEQUÊNCIAS

**LOCAL**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
DO GRANDE ABC

**PROBLEMA**  
DESIGUALDADE DE GÊNERO E  
RAÇA  
(MULHERES NEGRAS)

**ATORES SOCIAIS**  
GT DE COMBATE AO RACISMO  
GT DOS DIREITOS DA MULHER



## 1. INTRODUÇÃO

O racismo e o machismo são os principais fatores de desigualdade que afetam as mulheres negras em todo o país. Segundo pesquisa do IPEA, 2003 Como mostra a pesquisa, hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003), é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos

A perversa combinação produz acessos diferenciados entre as mulheres brancas e negras e entre essas e os homens negros, aprofundando as desigualdades de gênero e raça na sociedade brasileira. (Dados do IPEA), Assim a presença de preconceitos e discriminações não é aceita no corpo jurídico do país. Entretanto os dados que estão apresentados neste conjunto de indicadores apontam para as enormes desigualdades que sofrem as mulheres, e em particular as mulheres negras. Esta violação aos direitos humanos torna-se ainda mais grave quando constatamos a magnitude da população brasileira que está sujeita, cotidianamente, a agressões, humilhações e outros tipos de violências baseadas na sua cor ou raça.

Tal condição é histórica, consequência do modo de produção escravista, em que viveu a população africana no país. Portanto, a imagem e lugar em que foram condicionados negros e negras na sociedade foi o da exclusão social, da pobreza e, por isso, a luta pela sobrevivência são

companheiras inseparáveis. No clássico de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, “a Adotar ações/medidas afirmativas de Políticas Públicas para Mulheres e de Igualdade Racial (de cunho promocional e redistributivo) em todas as políticas de governo. 6. Promover políticas públicas para a igualdade de direitos e oportunidades entre H e M, e também para a igualdade de direitos entre as mulheres, enfrentando-se desigualdades e exclusões de todas as ordens própria arquitetura da casa-grande expressaria o modo de organização social e política do Brasil, o patriarcalismo. Tal estrutura seria capaz de incorporar os vários elementos que comporiam a propriedade fundiária do Brasil Colônia. Do mesmo modo, o patriarca proprietário da terra considerado dono de tudo que nela se encontrasse: escravos, parentes, filhos, esposa, amantes, padres, políticos. Este domínio se estabeleceu incorporando tais elementos e não de excluindo-os. O padrão se expressa na casa-grande que é capaz de abrigar desde escravos até os filhos do patriarca e suas respectivas famílias.” A invisibilidade desse estado do ser dessa população leva-a a lutar, através da organização de movimentos sociais, por uma condição digna de vida, pelo direito à cidadania.

Atualmente, fazendo o recorte racial e de gênero, as estatísticas IBGE 2010, 30,4% das mulheres com 16 anos ou mais não tinha nenhum rendimento, enquanto que 19,4% dos homens encontravam-se nesta situação. Entre as pessoas sem rendimento, o maior peso estava entre as rurais (32,3%) frente a 23,9% das urbanas e entre as negras (27,4%) frente às brancas (22,6%). Demonstram que mulheres negras são a maioria nas áreas de extrema pobreza no país e, por isso, apresentam as piores condições de vida. Sob o impacto da negação de sua condição de mulher negra, enfrentam os danos emocionais, psicológicos e sociais gerados pela violenta discriminação cotidiana de gênero e raça que vivem, incluindo a violência doméstica, obstétrica e materna, assassinato, entre outras formas de exclusão e violência. Além disso, vivem com os piores salários, seja qual for a sua ocupação no mercado de trabalho, e estão na base da sub-representação feminina na mídia e nos espaços de poder. Portanto, tais movimentos, (Fonte: Site Página “Causas Perdidas.” O movimento feminista passa, então, a exercer um fator determinante nesse processo, e hoje está subdividido em vários

grupos, tais como o movimento das mulheres negras, das universitárias, das católicas, das lésbicas, etc. Entretanto, ainda se constata elevado nível de preconceito para com a condição da mulher dentro de uma sociedade classificada como “machista” (termo que entrou em voga a partir das últimas décadas do século XX). Feminista e negro acabaram por não representar essa parcela da população.

O acesso desigual à saúde, por exemplo, vem produzindo um quadro de adoecimento e morte da população negra, em que as mulheres são as mais afetadas em todas as situações<sup>iii</sup>. Outro exemplo é a invisibilidade da população negra na mídia quanto aos problemas que a vitimiza historicamente no Brasil. Há uma naturalização na forma de abordar esses grupos que é hegemônica na grande mídia. Joel Zito Araújo (2010) analisando a produção televisiva, reconhece o elogio permanente das características estéticas das populações descendentes da Europa como uma ação efetiva da mídia na reiteração simbólica da ideologia do branqueamento.

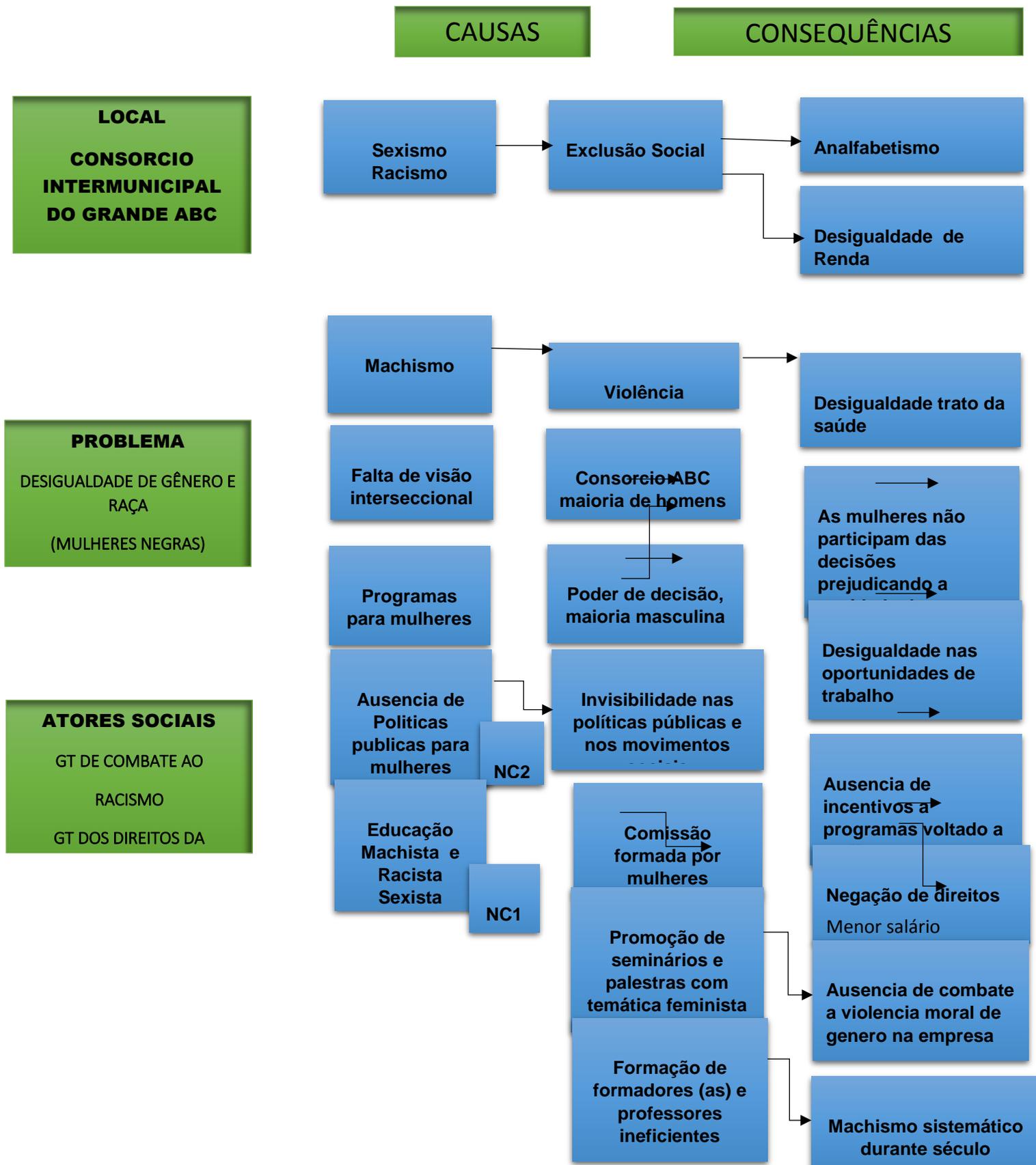
Discutir a questão de gênero de forma articulada à questão de raça sob a perspectiva da interseccionalidade<sup>1</sup>, a partir da prática dessas autoras sociais, partindo do pressuposto de que esses vetores que implicam em preconceitos e atitudes discriminatórias estão fortemente enraizadas nessa instância é o foco desse trabalho.

A escola é uma das principais instituições que tem como missão a transmissão da cultura, dos valores e princípios éticos que visam garantir o bem de uma coletividade (ou não). Ela é o espaço, por excelência do exercício da vida em sociedade, está a serviço de uma ideologia e, por isso, reproduz as relações de poder e opressão decorrentes da lógica de organização do sistema capitalista excludente, racista, sexista com foco na acumulação do capital nas mãos de grandes organizações, em detrimento da manutenção de uma horda de pobres, mão de obra barata.

Portanto, levamos em conta uma das funções sociais da escola que é o de disseminar valores e princípios que, *a priori*, promovem a humanização dos sujeitos e seu preparo para o pleno exercício da cidadania ativa, em qualquer instância da sua vida.

## **2. SITUAÇÃO PROBLEMA**

### 3.FLUXOGRAMA EXPLICATIVO SITUACIONAL “PROBLEMA CENTRAL”



### **3.1. 1º Nó Crítico Educação Machista e Racista Sexista:**

**O Consorcio Municipal do Grande ABC, tomara como meta principal, juntamente com a secretaria de Mulheres o compromisso de desenvolver como prioridades.**

- A) Combater a todas as formas de machismo,
- B) Compromisso em defesa e ampliação dos direitos das mulheres,
- C) Construção participativa de políticas públicas visando combater o machismo por meio do diálogo permanente com os movimentos sociais e entidades buscando elaboração.

Pesquisa Ibope (2009) sobre as percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher.

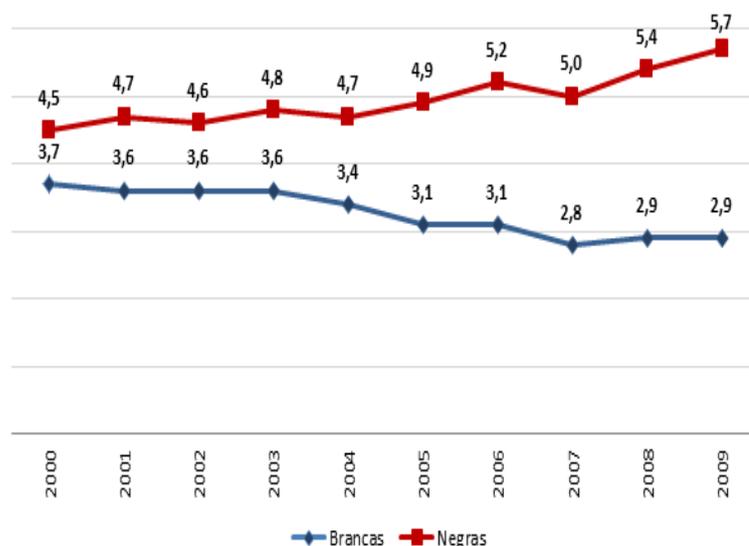
- \* 55% conhecem casos de agressões a mulheres
- \* 39% dos que conhecem uma vítima de violência tomaram alguma atitude de colaboração com a mulher agredida.
- \* 56% apontam a violência doméstica contra as mulheres dentro de casa como o problema que mais preocupa a brasileira.
- \* Houve expressivo aumento do conhecimento da Lei Maria da Penha de 2008 para 2009, de 68% para 78%.
- \* Maioria defende prisão do agressor (51%); mas 11% pregam a participação em grupos de reeducação como medida jurídica.
- \* Na prática, a maioria não confia na proteção jurídica e policial à mulher vítima de agressão.
- \* 44% acreditam que a Lei Maria da Penha já está tendo efeito.
- \* Para a população, questão cultural e álcool estão por trás da violência contra a mulher.
- \* 48% acreditam que exemplo dos pais aos filhos pode prevenir violência na relação entre homens e mulheres.

No Brasil, a violência por discriminação sexual mata em torno de 150 pessoas por ano, sendo que o país é o campeão mundial de assassinatos contra aqueles considerados das sexualidades não-naturais, sendo a média brasileira é de um assassinato a cada três dias.

A homofobia é um problema real entre a população GLBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), contudo menos de 10% dos assassinos de homossexuais são presos.

No Rio, 61,5% dos entrevistados afirmaram já terem sido agredidos, 65,7% em São Paulo e 61,4% dos entrevistados na capital pernambucana. Declararam-se terem sido discriminados 64,8% dos entrevistados no Rio, 72,1% em São Paulo e 70,8% em Recife.

O Mapa da Violência também mostra que em 2009, em 92,2% dos casos de agressão física das mulheres negras e em 89,3% dos casos das mulheres brancas, a violência aconteceu na própria residência, partindo do cônjuge, ex-cônjuge, parente ou conhecido. Ou seja, a violência no Brasil possui um importante viés de raça, estando a incidência de violência racista profundamente relacionada à violência sexista.



### **3.2 2º Nó- Crítico, Ausência de Políticas públicas para mulheres**

Enfrentar todas as formas de violências contra a mulher. O consorcio Municipal do grande ACB, juntamente com a secretaria de Mulheres, órgão responsável pelas política e aplicabilidade das mesmas terá como obrigação plena estabelecer os Planos de Políticas para as Mulheres dos estados e dos municípios devem articular-se com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na referência dos princípios feministas como parâmetro para a formulação de políticas de igualdade de gênero. Assim, devem articular e implementar propostas que reatualizem os princípios da igualdade, prioritariamente centrados em alguns pontos: - na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de co-dependência, desigualdade e de subordinação; - na mudança sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas, sobretudo, na ampliação dos equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação das crianças; - na redução das desigualdades na participação política local e regional; - na redução da desigualdade através da ampliação do acesso aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc.); - no fortalecimento das condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem estar também nesse domínio; - na possibilidade de controle pelas mulheres de seu próprio corpo, possibilitando a elas a liberdade de exercerem a sua sexualidade, verem respeitados os seus direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos; - na tarefa de elaborar políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, marcadamente a doméstica e sexual, e é preciso, ao mesmo tempo, responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas num contexto de dominação, em particular, frente à violência doméstica e sexual.

I - Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social;

- II - Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica;
- III - Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- IV - Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres;
- V - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão;
- VI - Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e Na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar;
- VII - Direito à Terra, Moradia e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano, Considerando as Comunidades Tradicionais;
- VIII - Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias;
- IX - Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia;
- X - Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que Atingem as Mulheres, com Especial Atenção às Jovens e Idosas;

#### **4.FLUXOGRAMA EXPLICATIVO PROBLEMA CENTRAL “COMENTÁRIOS”.**

Analisando os Nós Explicativos (NE), Chegamos à conclusão que o NÓ Crítico (Nc) é a Educação e a Ausência de Políticas Públicas.

Ele é um problema, pois afeta a vida das mulheres dentro dessa empresa que não tem as mesmas oportunidades que os homens, (um ambiente dominado pelos homens) e sofrem violência moral e de gênero na empresa, não participam das decisões.

Os Atores Sociais GT de combate ao Racismo e GT Combate dos Direitos da Mulher declaram o problema da desigualdade de gênero no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

Na análise do nosso Fluxograma encontramos como Nó Crítico a Educação e a Ausência de Políticas Públicas, pois os Nós Explicativos aqui descrevo-os: invisibilidade nas políticas públicas e nos movimentos sociais, analfabetismo, desigualdade de renda, negação de direitos, no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC a maioria são homens reafirmando a desigualdade de gênero.

A questão da educação, juntamente com políticas públicas para mulheres resolveria nosso problema no Consórcio.

Sim, ser resolvido teria alto impacto no equacionamento do problema, os atores sociais não tem a governabilidade sobre o problema, depende dos gestores da empresa aceitar suas reivindicações para solucioná-los com ações voltadas para a igualdade da mulher dentro do Consórcio, se

equacionado pode ter desgaste políticos para os GT Grupo de Combate ao racismo e dos direitos da mulher dentro da empresa.<sup>1</sup>

## 5. ARVORE DO PROBLEMA E –(NÓS-CRÍTICOS)



Ele é um problema, pois afeta a vida das mulheres dentro dessa empresa que não tem as mesmas oportunidades que os homens, (um ambiente dominado pelos homens) e sofrem violência moral e de gênero na empresa, não participam das decisões.

Os Atores Sociais GT de combate ao Racismo e GT Combate dos Direitos da Mulher declaram o problema da desigualdade de gênero no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

Na análise do nosso Fluxograma encontramos como Nó Crítico a Educação e a Ausência de Políticas Públicas, pois os Nós Explicativos aqui descrevo-os: invisibilidade nas políticas públicas e nos movimentos sociais, analfabetismo, desigualdade de renda, negação de direitos, no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC a maioria são homens reafirmando a desigualdade de gênero.

A questão da educação, a questão da educação juntamente com políticas públicas para mulheres resolveria nosso problema no Consórcio.

---

<sup>1</sup> DELGADO, Maria do Carmo Godinho (Tatá Godinho). Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 2007, 240p.

No momento que se iniciam os novos períodos de gestão nas prefeituras municipais, é importante trazer à discussão a problemática da efetividade da construção das políticas públicas para as mulheres, na perspectiva da igualdade para as mulheres. Esta iniciativa visa também fortalecer a relação interinstitucional da Secretaria de Políticas para Mulheres do Município e organismos governamentais – estaduais e municipais. Tal proposição devem convergir para uma perspectiva de transversalizar e de intersectorializar as políticas públicas voltadas às mulheres, no sentido do fortalecimento da capacidade institucional, consolidando uma governabilidade democrática e participativa. Consórcio, se equacionado pode ter desgaste políticos para os GT Grupo de Combate ao racismo e dos direitos da mulher dentro das empresas.

A educação compreendida como um amplo processo de socialização se dá em vários âmbitos da sociedade, como a família, escola, igreja, trabalho, sindicato, associação, e tantos outros. Enquanto tal, consiste basicamente na transmissão de valores, crenças e normas, que compõem a cultura, moldam comportamentos, atitudes e hábitos, e definem o modo de ser e agir na sociedade. Portanto, a socialização é transmissora da cultura e se dá por meio da educação, repassada de pessoa a pessoa, de geração a geração.

Termo sexismo se refere a um conjunto de ideias ou ações que privilegiam um dos gêneros masculino e feminino ou uma orientação sexual, em detrimento de outro gênero ou de outra opção sexual. O sexismo pode ser machista, feminista ou homofônico. Ideias sexistas partem sempre de generalizações sobre determinados comportamentos que têm origens no confronto entre nosso ser biológico e nosso ser Cultural.

As consequências da cultura patriarcal na vida das mulheres se expressam em menos poder, menos participação, menos direitos, em exclusão das políticas públicas e dos espaços políticos, em diversas formas de violência, doméstica e familiar, bem como aquelas praticadas em diferentes espaços da sociedade.

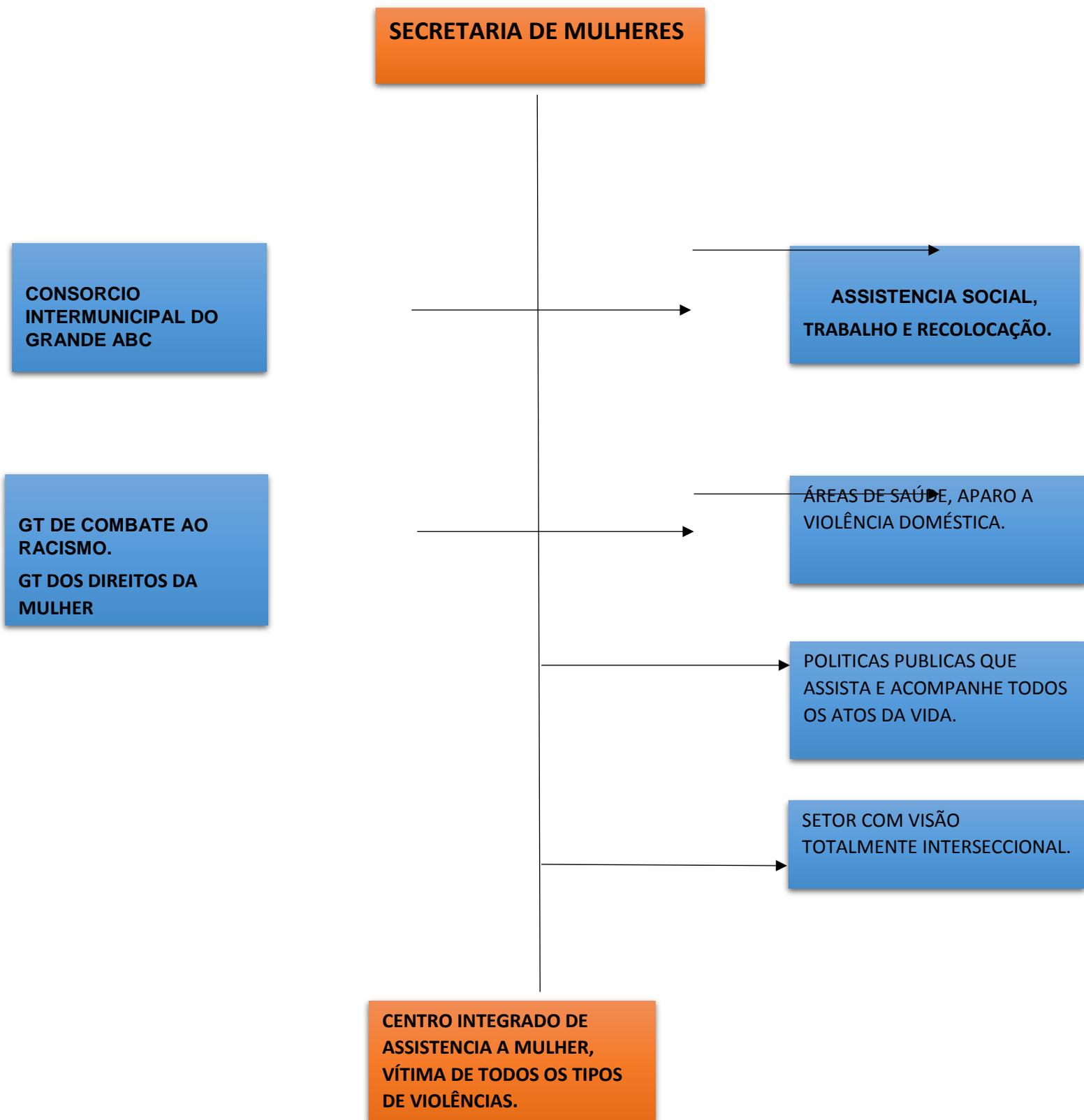
São tantas e diversas as formas de violência contra as mulheres, que estas acabam por serem banalizadas, ou seja, consideradas comuns e naturais às relações entre homens e mulheres. Entretanto, é sabido que todos os atos de violência intencionam de alguma forma imobilizar, capturar as capacidades de desejar e agir, comprometer a liberdade e autonomia, dominar e oprimir as mulheres.

Nó crítico 01	Ações	Resultados
Educação, Racista, Machista e Sexista.	<p>. Garantir o acesso e a permanência das mulheres nos processos educacionais com recorte de raça/etnia, geração, diversidade sexual e mulheres com deficiência;</p> <p>Efetivar a implantação dos temas transversais no Programa de Alfabetização, Educação dos Jovens e Adultos e na formação das/os professoras/es com o foco nos direitos das mulheres, equidade de gênero, equidade étnico racial, geracionais, diversidade sexual, pessoa com deficiência respeitando a laicidade do Estado;</p> <p>. Apoiar as mulheres no desenvolvimento de iniciativas coletivas da produção, beneficiamento e comercialização no marco da economia solidária e feminista;</p> <p>. Incentivar e apoiar através de custeios e assessorias a criação de cooperativas de mulheres que desenvolvam trabalhos com materiais recicláveis e reutilizáveis;</p> <p>. Ampliar o quadro de profissionais nos espaços de atendimento e atenção às mulheres, nas secretarias, gerências, programas e nos serviços destinados às mulheres;</p> <p>. Criar e garantir espaços permanentes de comercialização em locais estratégicos, destinados a exposições culturais, comercialização, feiras e venda de artigos, contemplando a diversidade da produção de mulheres produtoras e</p>	<p>. Não haverá índices significativos de analfabetismo entre mulheres</p> <p>. Inserção total da mulher e Implementação dos programas economia solidária</p> <p>. Banco da mulher, com saldo positivos que possa custear projetos.</p> <p>. Secretaria de desenvolvimento da mulher (secretaria).</p> <p>. Secretaria de economia solidaria.</p> <p>Secretaria de Cultura, Mulher(específico).</p>

	empreendedoras da PB;  . Garantir inserção das mulheres no processo de construção das habitações populares;	. Casa própria.
--	---	-----------------

<b>Nos critico 02</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
Ausência de Políticas Públicas Para Mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Implantar ações intersetoriais que promovam a autonomia das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, respeitando as suas especificidades;</li> <li>. Estimular o desenvolvimento e publicação de pesquisas e estudos sobre equidade de gênero para mulheres jovens, idosas e com deficiência;</li> <li>. Garantir a formação e qualificação profissional, para as/os profissionais de saúde no atendimento qualificado e humanizado às mulheres jovens, idosas, mulheres com deficiência, em especial lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais;</li> <li>. Desenvolver ações específicas para a atenção à saúde das mulheres jovens, idosas, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e mulheres com deficiência e com HIV/AIDS;</li> <li>. Facilitar a inserção das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, no mercado de trabalho e nas Universidades públicas e privadas.</li> <li>. Implementar políticas de prevenção a violência urbana com foco na juventude e nas mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. GT e secretaria de Mulher.</li> <li>GT e secretaria de Mulher.</li> <li>. GT e secretaria de Mulher.</li> </ul>

## 6. PLANO DE AÇÃO



Consortio intermunicipal do grande ABC, em conformidade com o GT de combate ao racismo, e ao GT dos direitos das mulheres, por sua vez, delegando as suas atribuições em juntamente a secretaria de mulheres, que por sua vez, fará a distribuição a seus órgãos aqui distribuídos.

Garantir a ampliação da Rede de serviços e Atendimento às mulheres vítimas de violência de forma qualificada e humanizada; Promover através de Políticas Públicas intersetorializadas a qualidade de vida e erradicação da violência contra as mulheres.

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
. Secretaria de Mulher  . Centro integrado de assistência a mulher, vítima de todos os tipos de violências.	. Priorização nas linhas de crédito dos programas governamentais a projetos voltados ao desenvolvimento local sustentável no campo e na cidade que tenham mulheres como responsáveis, ou que envolvam diretamente estas.	União/Estados/ Municípios.	.6 meses,	. Consortio Intermunicipal do Grande ABC.
	. Qualificar as SECREs, com atendimento 24 horas, nos finais de semana e feriados, garantindo a ampliação da equipe multiprofissional.	União/Estados Municípios.	.18 meses	. Consortio Intermunicipal do Grande ABC.
	. Qualificar as equipes das delegacias distritais para o atendimento às mulheres em situação de violência, visando o cumprimento da Lei	União/Estados Municípios	.18 meses	. Consortio Intermunicipal do Grande ABC.

	Maria da Penha. . Qualificar as/os trabalhadoras/es de saúde para o diagnóstico precoce e tratamento das DSTs, HPV, Hepatites virais e HIV nos municípios do interior do Estado;			
--	--	--	--	--

1.Setor de Recursos Humanos. O ideal é que o atendimento seja prestado por equipe interdisciplinar e a composição de seus membros pode variar conforme a disponibilidade maior ou menor de recursos humanos nas unidades de saúde. É desejável que a equipe de saúde seja composta por médicos(as), psicólogos(as), enfermeiros(as) e assistentes sociais. Entretanto, a falta de um ou mais profissionais na equipe – com exceção do médico(a) – não inviabiliza o atendimento. Ainda que cada um (a) desses (as) profissionais cumpra papel específico no atendimento às mulheres e aos adolescentes, todos (as) devem estar sensibilizados para as questões de violências de gênero. A capacitação nessa área requer a disponibilidade do (a) profissional em perceber essa problemática como um fenômeno social capaz de produzir sérios agravos à saúde das mulheres e dos adolescentes. Serviços de saúde de referência para casos de maior complexidade podem acrescer à equipe interdisciplinar especialistas em pediatria, infectologia, cirurgia, traumatologia, psiquiatria ou outras especialidades.

2.Acolhimento nas áreas de saúde: O atendimento aos casos de violência sexual requer a sensibilização de todos os colaboradores do serviço de saúde. Propõe-se a realização de atividades que favoreçam a reflexão coletiva sobre a questão da violência de gênero, particularmente a

sexual, sobre as dificuldades que as crianças, os adolescentes e as mulheres enfrentam para denunciar esse tipo de crime, os direitos assegurados pelas leis brasileiras e o papel do setor saúde, em sua condição de corresponsável na garantia desses direitos. As equipes envolvidas diretamente na assistência devem receber capacitação para o atendimento de emergência e estabelecimento de medidas protetoras (anticoncepção de emergência e profilaxias das DST/HIV e hepatites) e outros aspectos essenciais para o atendimento humanizado, respeitando-se seus direitos e atendendo suas necessidades, incluindo-se a decisão de interrupção da gravidez. Os(as) médicos(as) devem ser capacitados para utilizar as diferentes técnicas recomendadas para a interrupção da gestação.

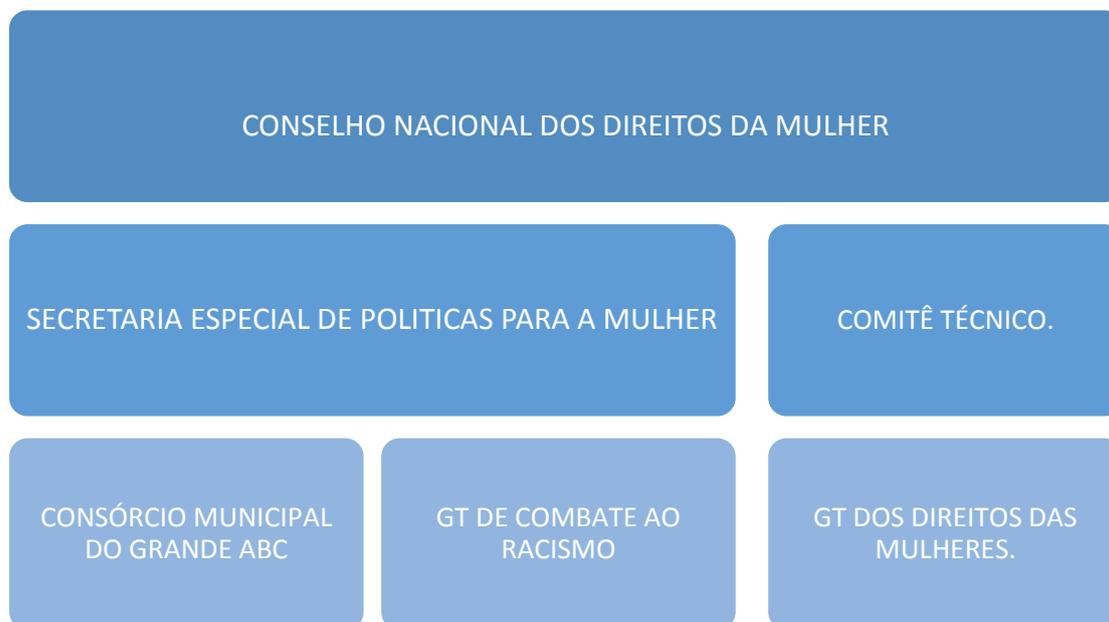
3.As mulheres em situação de violência sexual devem ser informadas, sempre que possível, sobre tudo o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância de cada medida. Sua autonomia deve ser respeitada, acatando-se a eventual recusa de algum procedimento. Deve-se oferecer atendimento psicológico e medidas de fortalecimento a mulher e adolescente, ajudando-as a enfrentar os conflitos e os problemas inerentes à situação vivida. Contribuir para a reestruturação emocional e social da mulher é um componente importante que deve ser observado por todos os membros da equipe de saúde, em todas as fases do atendimento. O atendimento psicológico deve ser iniciado o mais breve possível, de preferência desde a primeira consulta, mantido durante todo o período de atendimento e pelo tempo que for necessário. Todos os profissionais de saúde têm responsabilidade na atenção às pessoas que se encontram nessa situação. É necessário que o serviço de saúde realize exame físico completo, exame ginecológico, coleta de amostras para diagnóstico de infecções genitais e coleta de material para identificação do provável autor(a) MINISTÉRIO DA SAÚDE agressão, e que seja preenchida a “Ficha de Notificação e Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências”.

4.A violência de gênero, dentre elas a violência sexual contra mulheres e adolescentes, resulta em grande impacto na vida produtiva e na saúde física e psíquica das que a sofreram, assim como na de seus filhos e demais membros da família. Setores, como a polícia, o judiciário, os serviços de apoio social, além dos da saúde, devem trabalhar juntos para enfrentar o problema da violência de gênero. As mulheres e adolescentes agredidas vivenciam situações de medo, pânico, baixa autoestima, perda da autonomia e, muitas vezes, fragilidade emocional, que abrem margem para quadros clínicos como depressão, síndrome do pânico, entre outros. Os programas de atuação e os serviços devem ser integrados, possibilitando que os recursos necessários estejam disponíveis, facilitando o acesso das mulheres e das adolescentes à rede de apoio e proteção. A abordagem deve dar ênfase à capacitação da família e dos grupos comunitários para lidarem com o problema da violência não apenas como um episódio isolado, mas como uma situação que se prolonga, por suas características culturais, sociais e pelas histórias familiares recorrentes. Dessa forma, os aspectos preventivos e a proteção social podem identificar precocemente os riscos e atuar mitigando consequências. Nos casos de violência sexual praticada por parceiros íntimos, familiares ou pessoas próximas, é importante considerar que as vítimas poderão estar mais vulneráveis, seja pelo envolvimento emocional, dependência econômica, facilidade de acesso do autor da violência em relação à vítima ou medo. É importante considerar que os casos de violência sexual estão presentes na maior parte dos casos de violência física e que estes costumam acontecer de forma sistemática e não isolada. Por isso, as recomendações a seguir dizem respeito a todo o contexto da violência, e não apenas aos casos de violência sexual.

5.Redes Integradas no acolhimento: Os setores de saúde, por serem um dos espaços privilegiados para identificação das mulheres e adolescentes em situação de violência sexual, têm papel fundamental na definição e articulação dos serviços e organizações que, direta ou indiretamente, atendem situações de violência sexual. Os gestores municipais e estaduais têm papel decisivo na organização de redes integradas de atendimento, na capacitação

de recursos humanos, na provisão de insumos e na divulgação dessa rede para o público em geral. É necessário que todos os serviços de orientação ou atendimento tenham pelo menos uma listagem com endereços e telefones das instituições componentes da rede. Essa lista deve ser do conhecimento de todos os colaboradores dos serviços, permitindo que as mulheres tenham acesso a ela sempre que necessário e que possam conhecê-la independentemente de situações emergenciais.

## 7. ANÁLISE DE ATORES



A secretaria de políticas para as mulheres terá como atribuições: coordenar o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento, visando assegurar o cumprimento das ações e o alcance dos objetivos estabelecidos no plano. O Comitê Técnico terá como função colaborar, no que couber, para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão.

Os órgãos setoriais serão GTs responsáveis por implementar as ações e programas que compõem o Plano no âmbito de sua atuação, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas. Estes devem também fornecer as informações necessárias para subsidiar o monitoramento e avaliação dos resultados do Plano.

Os GTs de Articulação e Monitoramento tem a responsabilidade de elaborar um relatório anual de gestão que informe ao governo e à sociedade o andamento das ações governamentais e subsidie os gestores públicos na tomada de decisões.

## 8. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES.

1- As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex: efeitos sociais ou ambientais)?	Acreditamos que efeitos sociais, falta de apoio dos órgãos envolvidos secretária de mulheres. GT trabalho, principalmente recursos financeiros.
2- Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Problemas técnicos: a falta de qualificação dos gestores, membros da Secretária da Mulher e GT para implementar as ações propostas pela equipe. Problemas jurídicos: a mulher não ter o amparo da justiça quando necessário. Problemas políticos: o legislativo não criando e aprovando leis para a emancipação da mulher.
3- Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	A falta de apoio dos trabalhadores em todos os setores do Consórcio do Grande ABC ao problema da desigualdade de gênero. Divulgação permanente na empresa sobre pesquisas referente a políticas públicas que necessitam as mulheres. (Na área da saúde, violência, trabalho).
4- O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	O acompanhamento de todas as ações por parte das representantes das mulheres. Exigindo suas implementações.
5- Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Não, é necessário o apoio do Legislativo, criando e aprovando leis em prol das mulheres.

O relatório anual deverá ser encaminhado ao Conselho Nacional das Mulheres, para análise e deliberação sobre os resultados do Plano, e a Câmara de Políticas Sociais, à qual serão apresentadas as recomendações do relatório para as devidas providências, com destaque para análise e superação das restrições e dificuldades de implementação do conjunto de ações do PNPM.

Ministérios da Educação, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, do Planejamento, do Trabalho, a Secretaria de Direitos Humanos, a de Promoção da Igualdade Racial e o CNDM.

O desafio que se apresenta diz respeito à gestão e monitoramento do Plano que tem como fundamento a transversalidade de gênero. A gestão transversal é um dos grandes desafios para a administração pública como um todo, pois sua característica é a articulação horizontal e não hierárquica, buscando com isso influenciar o desenho, a formulação, a execução e a avaliação do conjunto das políticas públicas. Articulando todos os órgãos de governo e níveis de poder, este modelo tem como um dos objetivos reintegrar programas e questões excluídas em razão do tratamento setorial. Trata-se de uma abordagem mais abrangente que pretende contemplar amplamente as necessidades e direitos da população.

Discutir a questão de gênero de forma articulada à questão de raça sob a perspectiva da interseccionalidade<sup>1</sup>, a partir da prática dessas autoras sociais, partindo do pressuposto de que esses vetores que implicam em preconceitos e atitudes discriminatórias estão fortemente enraizadas nessa instância é o foco desse trabalho.

A escola é uma das principais instituições que tem como missão a transmissão da cultura, dos valores e princípios éticos que visam garantir o bem de uma coletividade (ou não). Ela é o espaço, por excelência do exercício da vida em sociedade, está a serviço de uma ideologia e, por isso, reproduz as relações de poder e opressão decorrentes da lógica de organização do sistema<sup>2</sup> capitalista, excludente, racista, sexista com foco na acumulação do capital nas mãos de grandes organizações, em detrimento da manutenção de uma horda de pobres, mão de obra barata.

Portanto, levamos em conta uma das funções sociais da escola que é o de disseminar valores e princípios que, *a priori*, promovem a

---

<sup>2</sup>Estatísticas de gênero”, do IBGE, mostra dados relevantes sobre a autonomia econômica das mulheres

<sup>3</sup>SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade1. Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo. In: In Revista Presença de Mulher, ano XVI, n. 45, outubro/2003

humanização dos sujeitos e seu preparo para o pleno exercício da cidadania ativa, em qualquer instância da sua vida.

### **8.1 Principais efeitos e riscos político-administrativos, sociais ou econômicos que a existência e a continuidade do problema escolhido acarretam.**

Os riscos são inúmeros e vem causando aos cofres públicos gastos que, se tratados com a responsabilidade, seriedade e respeito possíveis e necessários, pouparia aos cofres, quantias consideráveis que poderiam ser empenhadas em ações que contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida de todas e todos e, por isso, contribuir para o progresso do país em âmbito internacional.

Na Saúde - as altas taxas de mortalidade materna e de violência obstétrica, o sucateamento dos serviços prestados de saúde na rede pública, bem como a violência doméstica e o alto índice de assassinatos elevam os custos em ações que, se se investisse na cultura, na educação, no lazer, na segurança pública (com foco preventivo) junto às comunidades periféricas, tais índices não estariam em níveis alarmantes e vergonhosos.

Na Educação - um currículo progressista, (Conceito)O desenvolvimento curricular é o processo educacional dirigido pelos valores de análise da situação, dos objetivos, o ensino e as atividades de aprendizagem, experiências e processos de avaliação, suportados pela administração e infraestrutura das instituições de ensino ...voltado ao empoderamento da comunidade escolar (corpo discente) por meio do exercício pleno da cidadania ativa, do protagonismo, de relações éticas baseadas nos princípios de igualdade, equidade, respeito à diversidade e dignidade humana, baseado na verdade, que promovessem a reflexão crítica por meio da dialogicidade, bem como investimento em infraestrutura, em formação séria e competente do corpo docente, equipe auxiliar da ação educativa (vigias, bedéis, auxiliares de cozinha e limpeza, corpo administrativo), do Conselho de Escola e Gestão, com projetos democráticos e participativos da comunidade, com foco nos

pilares da UNESCO, contribuiriam sobremaneira para uma sociedade mais justa, solidária, fraterna, mais informada, voltada a uma cultura de paz e respeito.

Na Cultura e Lazer - valorizar a cultura africana e afrodescendente que reconhece as contribuições desse povo para a formação do povo brasileiro, promovendo a divulgação, a troca entre culturas, garantindo o respeito e a igualdade e liberdade de manifestação - investindo na cultura periférica e levando ações, vivências culturais que contribuam para o vislumbre, por parte da infância, adolescência e juventude, de projetos de vida positivos e possíveis.

A violência tem promovido um gasto que onera os cofres públicos e transforma a vida das/os cidadãos/os negativamente, acarretando na desesperança, na insegurança, no descrédito no poder público, ameaçando a democracia e o projeto que se pretende de esquerda e progressista.

O compromisso da democracia seu marco foi a apresentação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (1988), que indicava as demandas do movimento feminista e de mulheres. A Carta Magna de 1988 incorporou no Artigo 5º, I: Constituição Federal.

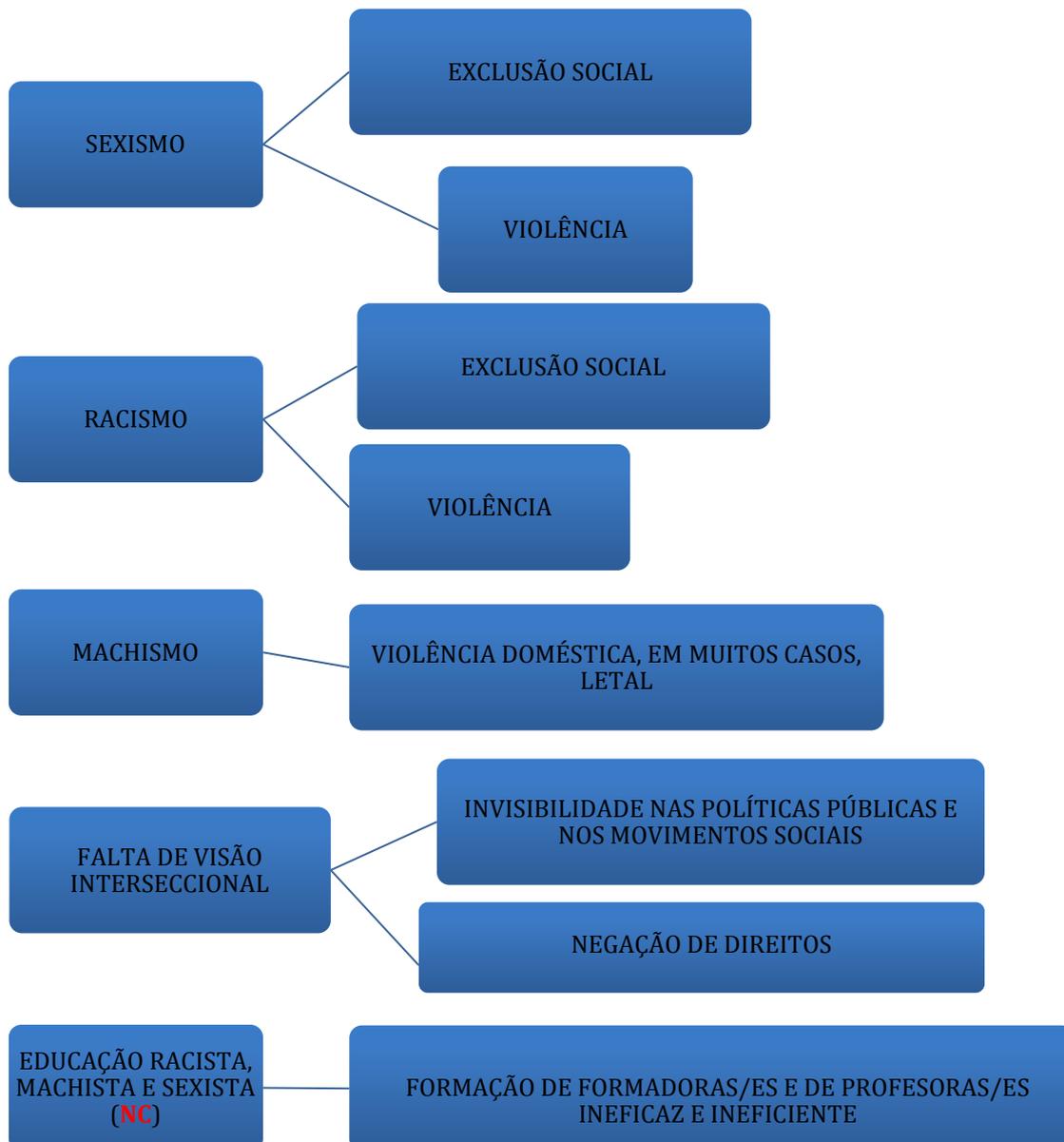
***"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:"***

E no Artigo 226, Parágrafo 5º: "Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher". Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira.

É com a garantia de uma sociedade livre, segura, pacífica e feliz e, ao excluir do projeto as populações mais vulneráveis e aqui, no caso, das mulheres negras, negando-lhe direitos, principalmente ao usufruto do bem público e de viver com dignidade, ameaça-se a vida em comunidade em comum-idade. Não se mostra inteligência no investimento dos recursos públicos e cria-se um clima de descrédito e desesperança, ameaçando o

projeto democrático participativo popular.

## 9. CAUSAS



### 9.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

#### 9.1 Causas do Preconceito no Brasil.

O Preconceito racial é caracterizado pela convicção de que existem indivíduos com características superiores, baseado simplesmente na aparência ou empatia.

Mas, tudo isso se inicia com a colonização, quando uma raça dominava a outra, no entanto esse conceito de separação ou superioridade existem até os dias de hoje. Causando o preconceito racial, e portanto é mais acentuado entre os negros. Mas, existem outros preconceitos que se espalham rapidamente, no caso do preconceito sexual, no caso das mulheres negras, intelectual e financeiro. No caso dos negros, as pessoas tratam com indiferenças, agridem simplesmente por se acharem diferentes ou superiores.

Hoje, em contra partida, foi criado para beneficiar negros, foram criadas cotas nas universidades para amenizar os desgastes milenar, buscando ajudar por meio das cotas, que estas pessoas possuam oportunidades para estudar.

## **9.2 Sexismo no Brasil.**

A Família Tradicional brasileira possuem intrínsecos poderes para tratar desse que é um problema de todos nós. Pais e professores devem ficar atentos às separações de gênero e preconceitos. A nossa história transcendem essa postura paternalista, de homens e mulheres tem atributos incomuns e que para isso precisa ser identificados. "Mulheres não gostam de futebol", "homens não podem usar roupa rosa", é comum fazermos distinção de coisas que seriam voltadas para mulheres e outras para homens, como se fosse atividades específicas para cada sexo. O nome disso é sexismo.

Esse sentimento é passado tanto pelos pais quanto pela escola e pode prejudicar a formação da criança se for exagerado demais. "Embora essa separação de masculino e feminino não seja tão marcante hoje, ela ainda existe e pode ser prejudicial.

É importante que os pais e educadores estejam atentos aos sinais dessa tendência e saiba o que especialistas aconselham para a

educação do seu filho. O homem, por exemplo, pode colocar a mulher em uma posição inferior, a mulher é colocada sempre frágil e dependente ou até o contrário: a mulher pode inferiorizar o sexo oposto, sentindo-se independente demais.

São propostas que podem contribuir como enfoque nas políticas sociais no Consorcio do Grande ABC, quando observadas pequenas ações que fazem isso progredir e o papel da escola e da família é fundamental nesse processo. É necessário que não haja distinções entre homens e mulheres e procurar dar a oportunidade à criança de fazer suas próprias escolhas, sejam elas "de menina" ou "de menino".

O sexismo pode ser alimentado pelos próprios pais, antes mesmo de a criança entrar na escola. É comum os pais separarem, até inconscientemente, as coisas "de menino" das "de menina", reproduzindo assim o machismo sistemático existente. Desde brinquedos até mochilas, lancheiras, cadernos... A criança cresce com essa ideia de que é tudo separado.

Um recente estudo publicado na revista *Psicothema* revelou que mães podem ser as maiores responsáveis por atitudes sexistas de crianças e adolescentes. Os pesquisadores afirmam que as mães costumam passar mais tempo com os filhos, determinando, assim, as tarefas domésticas que eles irão desempenhar, quais presentes irão ganhar e, principalmente, quais os valores que irão levar para a vida. Tudo isso é para os nossos dias muito comum, pois, assim fomos educados e com esse objetivo crescemos.

Os meios de comunicações também influencia nessa formação, lembra a psicóloga escolar Stella Paiva, em entrevista, conta que a tendência é de que as referências masculinas sejam os super-heróis, dando a ideia de que os homens são os fortes e poderosos. Já as referências femininas são as personagens dengosas, princesas carinhosas e que gostam de cor-de-

rosa. "Essas convicções são tão marcantes que acompanham a criança até a vida adulta", afirma a profissional.

O Brasil é um país de cultura escravocrata e com grande miscigenação de raças, fatores de trabalho dos negros e sem que fossem propiciadas as condições mínimas para eles subsistissem; além das desigualdades relativas às mulheres.

A sociedade brasileira necessita de abandonar a hipocrisia, assumir que é extremamente racista e, a partir desse reconhecimento, enfrentar o grave problema de frente. Estes que contribuíram para a existência de diversidades de culturas, valores e crenças. Somando-se a isso encontramos as desigualdades oriundas dos vários anos de exploração econômica do proletariado, subsequente abolição sem a acolhida no mercado. Essa é a base de vários estudos, e que trazem opiniões devastadoras em relação a esta temática antiga e que não prospera para o bem comum.

Temos práticas de discriminação por motivo racial presente cotidianamente no mercado de trabalho, no cotidiano escolar e na forma como os negros são tratados pelos órgãos de repressão como suspeitos a priori," lembra. Nós temos um caldo de cultura que criminaliza, o tempo todo, a existência da pessoa negra. Ela está sempre sujeita a sofrer uma violência física, psicológica ou moral por causa da cor e, sobretudo, deixando a população negra desacreditada, quanto a postura do judiciário na condição de repressor no combate aos que cometem tais crimes.

O **Sexismo** é o termo que se refere à discriminações sexuais é portanto um conjunto de ideais ou ações que privilegiam um indivíduo de determinado sexo em detrimento do outro, gênero ou orientação sexual. Embora seja uma palavra que serve para designar uma forma mais abrangente de discriminação sexual este termo é constantemente confundido com machismo. O machismo é por sua natureza uma forma de se alto determinar uma condição de homem, e que tal ação é de caráter macho, tipicamente da pessoas do ser "Homem", já o Sexismo é por sua natureza mais abrangente, é mais fácil identificar situações sexistas.

O Ódio nas mulheres também conhecido como **Misoginia** é uma palavra que vem da junção de duas palavras gregas, *miseó e gyné* (ódio e mulher, respectivamente) e serve para designar, pois, o desprezo ou ódio ao gênero feminino e a feminilidade, ou seja, as características ligadas às mulheres. Está diretamente ligada à violência contra a mulher, seja de forma física, verbal ou discriminatória e possui como antônimo a *filoginia* que é o apreço e admiração para com as mulheres, e esta, em alguns casos pode ser considerada como um preconceito benevolente.

### 9.3 . Exclusão social

Construir políticas públicas para as mulheres, é que neste artigo, pretendemos indicar que os governos municipais, terão obrigação de criar uma secretaria, neste caso, me refiro ao Consorcio Municipal do Grande ABC, tem como objetivo a criação de uma, Secretária Estadual de Política para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de implantar, considerando que as mulheres ainda padecem de segurança, cuidados nas áreas de saúde, educação e inclusão ao mercado de trabalho. Para conseguir cidadania, igualdade e autonomia da mulher no trabalho urbano ou rural ainda é um grande desafio. Muitas conquistas já foram obtidas. Muitas questões como: a mulher deve ou não trabalhar fora de casa, deve estar presente no mercado de trabalho, já foram superadas, hoje o que se pretende, são políticas que efetivamente sejam implantadas, sem que haja a necessidade de que são ou não necessárias.

Algumas áreas profissionais já estão definitivamente contempladas na questão da igualdades, outras por exemplos está muito longe de chegar ao patamar desejável. Nas áreas como a jurídica, por exemplo, a mulher está quase que por igual ao homem quando se fala de cargo diretivo ou mesmo como participante da equipe de trabalho. Em outras áreas, ainda está bem atrás como, por exemplo, em cargos de liderança. Os salários continuam menores que os dos homens, independente do cargo. A discriminação, o preconceito, os tabus, a jornada de trabalho, continuam latentes, bastante desiguais.

O enfrentamento às desigualdades de gênero ainda existente no País; criação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas direcionadas às mulheres; orçamento e gasto público em ações é de suma importância para a gestão pública municipal.

#### **9.4. Violências contra a mulher.**

Não obstante os nossos desafios que propõe a proposta no que diz respeito às políticas públicas para mulheres, é também um grande desafio para o Consórcio do Grande ABC, à disposição de continuar à luta pelos direitos que às mulheres possuem ao respeito de suas decisões políticas ou particulares, à autonomia sobre seu próprio corpo e ao seu futuro.

Necessário é mantermos com firmeza o combate à violência contra às mulheres e a invocação da igualdade de direitos e deveres. Apesar do advento, da Lei Maria da Penha, Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofram caladas e não peçam ajuda. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela ideia do “ruim com ele, pior sem ele”. Assim, obrigam-se toda a sociedade, sobretudo os responsáveis direto, no caso a secretaria de governo para promoção e proteção da mulher no caso em tela.

#### **9.5. Violências domésticas, e o aspectos éticos legais.**

Em atenção à violência contra a mulher e o adolescente é condição que requer abordagem intersetorial, multiprofissional e interdisciplinar,

com importante interface com questões de direitos humanos, questões policiais, de segurança pública e de justiça. Algumas informações são fundamentais para os(as) profissionais de saúde que atendam pessoas em situação de violência sexual: A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, – também conhecida como Lei Maria da Penha – cria mecanismos para coibir a violência. 24 . MINISTÉRIO DA SAÚDE doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo mudanças na tipificação dos crimes e nos procedimentos policiais e jurídicos. De acordo com o seu art. 9º, caput, “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso”. Já o § 3º do art. 9º prevê que a assistência compreenderá o <sup>iv</sup>acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de anticoncepção de emergência, a profilaxia das DSTs/Aids e outros procedimentos em saúde necessários e cabíveis nos casos de violência <sup>v</sup>sexual.

## **10. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC**

### **10.1.GT de combate ao Racismos**

Para formulação e implementação de públicas de igualdade de gênero é preciso conhecer bem de que às desigualdade entre homens e mulheres ainda estão distante da realidade de superação, apesar dos avanços e políticas já implementadas que asseguram direito às mulheres.

De acordo com dados de pesquisas Nacionais Domiciliar (PNAD/IBGE), as mulheres são cerca de 43,7% da população economicamente ativa, e sua aderência ao mercado de trabalho tem sido cada vez mais acelerada se comparado à população masculina. As diferencias salarias entre homens e mulheres tende a diminuir a partir do momento em que elas passaram a assumir posto importantes como direção tantos nas áreas públicas como nas áreas privadas. Um grande avanço superado pela mulheres são exatamente nas universalidades, onde elas são maioria entre os homens em cursos de graduação superiores.

Essa mesma pesquisa, revelam o papel importante no Brasil, mais ainda, quando evidenciam às desigualdades e a violência que elas vivenciam e que se submetem a tal conduta, esses dados são observados quando se analisam os indicadores sobre violência doméstica e familiar, se

observa que é nesta seara em que se observa a expressão máxima das relações de gênero.

No entanto, é dever dos municípios como poder público, neste caso específico, o Consorcio Municipal do grande ABC, responsável pelos 7 Municípios do grande ABC, tem como responsabilidade, identificar as situações reais de desigualdades que atinge às mulheres e criar condições de exercícios de cidadania em todas as repartições públicas. É uma pratica que exige pesquisa e reflexão, criar debates entre os gestores e gestoras públicas, pesquisadores e pesquisadoras e os movimentos sociais sobre como criar e quais as necessidades da formulação de políticas públicas que levem a transversalidade de gênero, com uma nova matriz de competências, parcerias e atuações de grupos intelectuais afim de identificar as formas de implantação que ofereça igualdade de oportunidade às mulheres com atuações intersetoriais.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (IPNMPPM), São exemplos que devem ser estudado no campo do consorcio como principal responsável as políticas de transversalidade de gênero nas políticas Municipais, é através delas é possível desencadear um conjunto de ações integradas entre os Ministérios, as empresas públicas, os governos Estaduais e neste caso em tela, o Consorcio Municipal do Grande ABC, responsáveis pelas secretarias que respondem conjuntamente os municípios, não podemos deixar de fora as sociedades Civis que visam melhorias e qualidade de vida das brasileiras.

### **10.1.Gênero e Politicas Publicas**

Este projeto a que nos debruçamos, tem como objetivo principal, demonstrar que o poder público, neste caso, nos referimos ao Consorcio Municipal do Grande ABC, neste caso, é salutar que o projeto seja atribuído e executado através de políticas responsáveis e comprometida com o

gênero, “Mulher”, neste caso, nos limitamos apenas as políticas destinadas as mulheres dos 7 municípios que compõe o grande ABCD. Com respeito e apreço com que respeito com que este trabalho foi pensado e organizado, o objetivo é tratar da herança que se estabeleceu ao longo da história, fazendo com que os gestores e intelectuais tratem de forma singular as causas que envolve a transversalidade nas relações de gênero, o objetivo que se estabeleceu na construção desse tema foi: às desigualdades nas relações de gênero presentes nas gestões das políticas públicas em todos os estados brasileiros, neste caso, me refiro, aos municípios que compõe o consorcio Municipal do Grande ABC. Insuficiências de gestores capacitados nas questões relevantes de gêneros nos programas , nos projetos e ações do governo municipal, ausência de uma compreensão da transversalidade em gênero que garanta a aplicação de projetos e ampliação da governabilidade.

Estudos realizados internacionalmente asseguram que as mulheres que chefiam suas famílias, a causa principal é a pobreza. Com o levantamento desse dados, nasce para os Estados bem como os municípios, a responsabilidades em investimentos em políticas públicas que contemplem maiores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Condições de sobrevivências, como o número maior de vagas em creches, para que essas mães trabalhadoras consiga trabalhar com menos preocupação e liberdade. Acesso a saúde de qualidade para que elas possam ter disposição ao ambiente de trabalho e a vida cotidiana, e por fim, oportunidades de estudo, ainda que, muitos dados apontem às mulheres com maior número de formação, este dado, não reflete positivamente, quando a questão é a “Mulher”, tendo elas, maiores graus em cursos superiores do que os homens, ainda está longe de alcançar as metas de igualdade não questão raça e a mulher como um todo.

Concluindo nossas reflexões é importante retomar duas frentes de luta essenciais para avançarmos na construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Defender e afirmar as plataformas feministas em todos os momentos e espaços – processos eleitorais e nos mandatos representativos, nas gestões e cargos públicos, em instrumentos e mecanismos institucionais. Lutar pela ampliação da participação e representação política das mulheres um importante marco é a campanha mulheres.

Fortalecer e ampliar o diálogo e a negociação do Governo com o movimento social de mulheres para a elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas. Fortalecer e criar mecanismos e instrumentos de políticas públicas de gênero e para mulheres, tais como: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Plano Nacional de Igualdade de Gênero e Raça/etnia; Realização de Conferências Nacionais sobre Políticas para as Mulheres; desenvolvimento de programas e ações para cumprimento dos compromissos assumidos. Criar e fortalecer programas específicos para as mulheres; que contemplem uma perspectiva de gênero e que possam promover mudanças substantivas na vida das mulheres. Garantir a transversalidade de gênero e raça/etnia em todas as ações e políticas públicas. Adotar ações/medidas afirmativas de Políticas Públicas para Mulheres e de Igualdade Racial de cunho promocional e redistributivo em todas as políticas de governo. 6. Promover políticas públicas para a igualdade de direitos e oportunidades entre H e M, e também para a igualdade de direitos entre as mulheres, enfrentando-se desigualdades e exclusões de todas as ordens

## 11. CONCLUSÃO

O racismo, o sexismo e o etnocentrismo são os principais fatores de desigualdades que afetam milhões de mulheres negras e indígenas em todo o país. A perversa combinação produz acessos diferenciados entre as mulheres em geral, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia na sociedade brasileira.

Assim como em outras partes do mundo, o Brasil passou por uma onda de **despatriarcalização**, representada por uma longa mudança institucional que propiciou uma disfunção dos privilégios masculinos na família e na sociedade e a concessão de crescentes direitos às esposas e aos filhos. As regras de casamento e de parceria sexual se diversificaram e se tornaram mais equitativas no tocante às relações de gênero, entendidas de maneira não binária.

Os casais com filhos deixaram de ser maioria absoluta dos arranjos domiciliares e cresceu o percentual de casais sem filhos, famílias monoparentais, coabitação marital (inclusive do mesmo sexo) e pessoas

vivendo sozinhas. A transformação mais marcante do século XX no Brasil – e que sintetiza as mudanças sociais, econômicas e demográficas – foi a alteração da presença da mulher de coadjuvante das decisões familiares para protagonista da sociedade em termos globais e institucionais.

O Objetivo da análises deste trabalho, é de traçar metas e demonstrar a figura do Consorcio Municipal do Grande ABC, diante do cenário atual, a fragilidade nas construções de políticas públicas para as mulheres negras, levando em conta o gênero, cor e raça, buscar mecanismo que possa atuar em um só lugar as políticas em conjuntos, mostramos que, a Secretaria de mulher, em conjuntos com o GT de combate ao racismo, poderão atuar conjuntamente, modelando, assistindo e oferecendo aquilo que a legislação já apontou, a nível constitucional e nas legislação esparsas.

As estatísticas demonstram que mulheres negras e indígenas são maioria nas áreas de extrema pobreza no país e apresentam as piores condições de vida. Sob o impacto da negação cultural, enfrentam os danos emocionais gerados pela violenta discriminação cotidiana de gênero, raça e etnia na sociedade, incluindo a violência doméstica. Além disso, vivem com os piores salários, seja qual for a sua ocupação no mercado de trabalho, e estão na base da sub-representação feminina na mídia e nos espaços de poder. A invisibilidade da população negra e indígena na mídia bem como dos problemas que as vitimizam é histórica no Brasil. Há uma naturalização na forma de abordar esses grupos que são hegemônicas na grande mídia. Defendemos uma lema que já fora entoado em outros véis “Democracia em casa e na rua”, que apontava para a necessidade de radicalização da democracia, pensada em todas as esferas da existência e das relações sociais; “Diferença sim, desigualdade não”, frase que resume o argumento de que diferenças biológicas entre homens e mulheres não podem justificar ou gerar desigualdades sociais.

A incorporação, pelos partidos políticos, e por gestoras(es) de políticas públicas, das demandas dos movimentos feministas e de mulheres contribuiu para que a desigualdade entre os sexos e entre grupos raciais deixasse de ser encarada com naturalidade. Graças às vitórias dos

movimentos, hoje as mulheres não querem menos do que a paridade e a reforma do sistema político e igualdade para todas em todas as esferas municipais, estaduais e federais, Apesar de toda a militância feminista e negra pela igualdade na atuação política, os ganhos ainda são poucos. A conquista da igualdade formal não se traduz automaticamente em igualdade real, e a ampliação dos direitos de cidadania é um processo lento que pode requerer o deslocamento dos que historicamente se beneficiam de sua posição política.

Como visto pelos dados apresentados, em uma perspectiva de longo prazo, o Brasil vem apresentando avanços sociais e nas relações de gênero nas áreas de saúde, educação, esportes, mídia, etc. Nestas áreas as desigualdades de gênero se reduziram bastante ou houve reversão do hiato de gênero (gender gap), como na educação. Na política os ganhos foram menores, pois embora as mulheres tenham se tornado maioria do eleitorado, ainda possuem uma das mais baixas presenças no parlamento entre os países da América Latina.

No mercado de trabalho houve conquistas parciais, com uma inserção massiva das mulheres na PEA e uma ampliação do leque ocupacional, com redução dos diferenciais de salário e renda entre homens e mulheres. Já o sistema de previdência social tem atuado no sentido de contrabalançar desigualdades do mercado de trabalho e tem favorecido as mulheres das gerações mais velhas que podem contar com aposentadoria, pensões ou benefícios como o BPC/LOAS.

Esperamos que as condições de vida das mulheres negras se igualem a de homens e mulheres brancas para que então sua inclusão na política institucional seja garantida, significa perpetuar mecanismos de desigualdade que ferem os princípios de participação democrática. As ações afirmativas, como mecanismo de justiça social, promovem uma inclusão que, se não chega a ser completa, ao menos asseguram a presença dos grupos excluídos nos processos da democracia representativa e nos espaços de poder.

Parece existir um “desencontro, desajuste” (mismatch) entre as agendas de demandas sociais e mesmo de resposta de política pública. Crescem as “desigualdades reversas de gênero”.

Um exemplo pode ser identificado no caso da educação, pois embora continue sendo muito relevante superar os vieses sexistas, racistas e homofóbicos nas políticas de educação pública, o hiato revertido que vem desfavorecendo meninos e jovens homens -- que tem seguramente efeitos negativos nas relações entre gêneros – não tem sido tratado como um problema de gênero relevante que deveria receber atenção sistemática da sociedade e do estado.

Da mesma forma a questão crucial do equacionamento das responsabilidades quanto às tarefas da reprodução -- considerando-se inclusive as mudanças ocorridas nas famílias - não tem recebido atenção adequada, seja no debate público ou seja na formulação de políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. & ALVES, J. (2007) Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Vol.50, nº3.

BERENICE, Maria Dias. Maria da Penha, Lei com Nome de Mulher. Ed. Servanda Campinas-2008.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Código de ética: Resolução CFM n. 1.931/2009.

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho (Tatau Godinho). Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 2007, 240p.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A., 1993.

ENAP (2004). Gênero, Raça e Competências de Direção no Serviço Público Federal. Brasília: ENAP.

PROGRAMA IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA – UNIFEM Diretoria de Estudos Sociais – IPEA

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade1. Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo. In: In Revista Presença de Mulher, ano XVI, n. 45, outubro/2003

TEIXEIRA, P.; PINTO, A.; MORAES, O. (2010). Dossiê Mulher 2010. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública.

<http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/> 12 de junho de 2015.

---